

PARECER JURÍDICO

Assunto: Contratação mediante dispensa de licitação da Facilita e Consultoria em Gestão Pública

EMENTA: DISPENSA DE LICITAÇÃO. ARTIGO 24, II, DA LEI 8666/93. CONTRATAÇÃO DIRETA. CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSESSORIA. POSSIBILIDADE

A Comissão Permanente de Licitações encaminhou para análise desta Assessoria Jurídica, justificativa e minuta de contrato para contratação de empresa especializada em serviços de assessoria em alimentação, gestão e controle do portal de transparência pública, apoio em acompanhamento em demandas do E-SIC, ouvidoria e protocolos, acompanhamento de demandas do EMGETIS conforme demandas métricas e cartilhas de transparência emitida pelo TCE-SE e Atricon por dispensa de licitação, nos termos previstos no art. 24, inciso II, da Lei n 8.666/93 e alterações legais subsequentes.

A legislação de regência acima apontada estabelece em seu art. 24, inciso II, *ipsis litteris*:

Art. 24. É dispensável a licitação:

II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea a, do inciso II do artigo anterior, e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez;

Os doutrinadores justificam a hipótese de dispensa de licitação, pelo critério valor, na circunstância de o custo de um procedimento licitatório ser superior ao benefício que dele poderia ser extraído.

A respeito do assunto, vejamos a opinião do professor **Jorge Ulisses**

Jacoby Fernandes:

“O reduzido valor do objeto a ser contratado colocaria em conflito o princípio da licitação e o da economicidade, ensejando um gasto superior à vantagem direta aferível pela Administração, decidindo o legislador, à vista do interesse público, a prevalência do segundo”.

A administração pública, por sua vez, necessita da contratação dos serviços de internet para conseguir realizar as atividades internas inerentes a uma Câmara Municipal, sendo hodiernamente a internet um serviço indispensável a qualquer atividade pública.

Diante de tal situação, afigura-se regular a presente contratação através de dispensa, nos termos previstos no art. 24, inciso II da Lei de Licitações, verificada a disponibilidade orçamentária e financeira para seu devido custeio.

É o Parecer, sub censura.

Cristinápolis/SE, 13 de julho de 2023


OSMAN DUARTE FILHO
ASSESSOR JURÍDICO- OAB/SE n. ° 8538